



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201940601144	Distribuição: 23/07/2019
Número Único: 0037569-98.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

**Dados das Partes**

Requerente: JOSÉ CLEONALDO DE SÁ MELO  
Endereço: Rua M  
Complemento: LOTEAMENTO RECANTO DA JAQUEIRA  
Bairro: Cidade Nova  
Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49070763  
Advogado: ELTON SOARES DIAS 10289/SE  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: (5º Andar)  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940601144

**DATA:**

23/07/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940601144, referente ao protocolo nº 20190722173605097, do dia 22/07/2019, às 17h36min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez, Ato Ilícito.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO  
DA\_\_\_ VARA CÍVEL DE ARACAJU/SE.

JOSÉ CLEONALDO DE SÁ MELO, brasileiro, desempregado, portador do RG nº 937067 - SSP/SE, CPF nº 590.154.895-72, residente e domiciliado à Rua A, nº 525, Bairro Cidade Nova, Loteamento Recanto da Jaqueira, CEP 49.070-763, município Aracaju/SE, vem, através do seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Travessa Guaporé, nº 889, bairro América, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE DANO**  
**MORAL**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319, INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

## I - DOS FATOS

02. O Requerente, foi vítima de um acidente de trânsito em 21/11/2017, quando trafegava na garupa da motocicleta de placa IAI-8732, de marca/modelo HONDA/CG 125 FAN ES, de cor preta e de chassi9C2JC4120AR080638, que ao passar pela Av. Dr. Airton Teles com rua Rosário, sentido Oeste, que foi abalroada na sua lateral esquerda por um veículo de marca/modelo GM/BLAZER que avançou a preferencial. Com o impacto, o Requerente e o condutor caíram na pista de rolamento e foram socorrido pelo SAMU, tendo o Requerente sido encaminhado para o Hospital de Urgência de Sergipe, onde foi constatado que este havia sofrido duas fraturas na sua perna esquerda, conforme relato obtido no Boletim de Ocorrência em anexo.

03. Já no HUSE, obtive da equipe médica a informação de que além das escoriações pelo corpo, teve fratura na tíbia, fíbula do membro inferior esquerdo, fraturas essas que desencadearam em dois procedimentos cirúrgicos, sendo o primeiro realizado em 01/12/2017 para fixação externa da fratura dos ossos, procedimento esse realizado pelo Dr. Daniel Bispo - CRM 1295. Já a segundo, em 13/12/2017, que cominou com a retirada do fixador externo e colocação de placa e parafusos na tíbia esquerda, cirurgia essa realizado pelo Dr. Thiago Nascimento - CRM 3702, conforme é verificado na vasta documentação do HUSE que está devidamente anexada, como é o caso dos relatórios médicos e ficha de ato cirúrgico.

04. Como pode ser visto no corpo probatório anexado a esta Exordial, o fato do acidente de trânsito está cabalmente provado, assim como as sequelas decorrentes dele, entretanto, a Requerida negou-se a pagar a indenização que o Requerente faz *jus*, com a alegação de que a lesão não estava consolidada e que não era possível caracterizar a invalidez como permanente, **mesmo tendo sido juntado no processo administrativo o Laudo do Instituto Médico Legal de Sergipe - IML, que foi elaborado pelo Dr. Victor Vasconcelos Barros - CRM**

**3296, atestando que o acidente causou no Requerente dano permanente e parcial incompleto de repercussão intensa, comprometendo a função motora da perna esquerda, laudo esse que está devidamente anexado.**

05. Como pode ser visto nos prontuários médicos, em especial no que consta no Laudo Pericial de Lesões Corporais do IML, o acidente causou no Requerente sequelas permanentes e parcial incompleta de repercussão intensa, comprometendo a função motora da perna esquerda, porém, a Requerida de forma diversa ao que o laudo concluiu, sustentou como motivo para indeferimento a não caracterização permanente das sequelas, conforme pode ser visto nos documentos em anexo.

06. Excelência, apesar do Requerente ter juntado toda a documentação comprovando o acidente de trânsito e que as sequelas no membro esquerdo inferior são permanentes, a Requerida, indeferiu o pagamento da indenização com a alegação de que as sequelas deixadas pelo acidente não eram permanentes, conforme se vê no resultado da consultado sinistro de nº 3180596760 e na citada carta anexadas a esta Inicial.

---

07. Assim, em virtude do pagamento da indenização ao Requerente ter sido negada pela Requerida, não restou àquele outro meio que não fosse valer-se do Poder Judiciário para resguardar os seus direitos.

## **II - DO DIREITO**

### **II-I DO DEVER DE INDENIZAR DA REQUERIDA**

08. O seguro DPVAT, que é o seguro responsável pelo pagamento da indenização aos que tiveram danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples, e que para fazer a solicitação e pleitear o seguro, basta apenas comprovar o

acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

*“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.” (Grifamos)*

09. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelecem as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada*

(...)

*Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”*

(Grifos nossos)

10. Como podemos ver, o Requerente está coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso, seguiu todos os procedimentos para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, porém, a Requerida não reconhece o acidente, bem como negou o pagamento da indenização que o Autor faria *jus*.

11. Conforme pode ser comprovado junto às provas aqui colacionadas, nos laudos, nos relatórios, nas fichas médicas e nos exames, os problemas de saúde do Requerente, ocorrido após o acidente de trânsito, o deixou como sequela funcional permanente e parcial do membro esquerdo, devendo assim a Requerida, ser condenada a pagar a indenização no valor de R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme podemos confirmar na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado.

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<i>Danos Corporais Totais</i> <i>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</i>	<i>Percentual da Perda</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores</i>	100
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior</i>	
<i>Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral</i>	
<i>Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental</i>	
<i>alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre</i>	
<i>deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)</i>	
<i>comprometimento de função vital ou autonômica</i>	
<i>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</i> <i>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</i>	70
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés</i>	50



<i>Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar</i>	25
<i>Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão</i>	10
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral</i>	25
<i>Perda integral (retirada cirúrgica) do baço</i>	10

## **II-II - DA MULTA PELO NÃO PAGAMENTO DO SEGURO SEGUINDO A RESOLUÇÃO CNSP Nº 14/95**

12. A Resolução CNPS nº 14/95 elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, criaram algumas penalidades para as seguradoras que não cumprissem as normas que regulam o contrato de seguro.

13. Tal resolução trás a seguinte redação em seu artigo 10, II:

*Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:*

(...)

**II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível. (Grifamos)**

14. Diante do exposto, a Resolução prever o pagamento de multa quando a seguradora não fizer o pagamento da indenização deve de dar em até 15 dias após a apresentação da documentação legal.

15. O Requerente, quando fez o pedido de forma administrativa, juntou toda a documentação exigida em lei, mesmo assim, teve o seu pedido de indenização negado, diante disso, precisou procurar o Poder Judiciário.

16. Como visto nos documentos juntados aos autos, tais eram suficientes para comprovar o acidente de trânsito sofrido e as sequelas deixadas por ele, e ainda assim, teve o Requerente negado o seu pedido de indenização, mesmo comprovando o acidente e as sequelas deixadas por ele para ter direito a receber a indenização, como determina o artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74.

*“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

*§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:”*

*(Grifamos)*

## **II-III - O DANO MORAL**

17. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, teve negado o seu pedido de indenização, em virtude do acidente de trânsito sofrido, embora o benefício esteja disciplinado em lei própria e o Requerente tenha preenchido os requisitos para ter acesso a indenização, a Requerida negou o seu pedido de pagamento.

18. Ademais, a conduta praticada pela Requerida de não pagar o supracitado valor devido ao Requerente, além de prejudicá-lo, prejudicou também a sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico necessário para diminuir todas as sequelas decorrentes do acidente. Diante disso, o Código Civil de 2002, nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, são bem claros acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

*“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

*Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.*

*(...)*

*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

*Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”*

19. O Requerente, em virtude de não ter recebido a indenização garantida por lei, ficou muito frustrado, pois, além de ter sido vítima, sofreu e sofre com as sequelas deixadas pelo acidente, que o limitou permanentemente e que mesmo depois de ter juntando todas as provas necessárias, não conseguiu receber a indenização na esfera administrativa.

20. Além do que, o pagamento da indenização daria ao Requerente e a sua família, melhores condições, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para

o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mais não foi retirado o seu caráter de urgência:

*Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:*

*(...)*

*II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.*

*Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

*§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:(Grifamos)*

21. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso a indenização, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que este pudesse usar o dinheiro da indenização no seu tratamento médico, inclusive, é esse o entendimento mais recente do Tribunal de Justiça de Sergipe, para deferir o dano moral, como se ver no julgado abaixo transcrito:

"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO – IRRESIGNAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO – MÉRITO – AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO – EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO – CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA – CONSTRANGIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE – OCORRÊNCIA DE DANO MORAL – MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE:SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO."(Grifamos)

22. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

23. Frise-se que, valor menor não irá reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

### **III – DOS PEDIDOS**

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente a indenização devida, em virtude do acidente de trânsito narrado acima, no valor de R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) em virtude do dano funcional permanente e parcial incompleto de repercussão intensa, comprometendo a função motora da perna esquerda, respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei no 6.194/74, e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual correspondente ao dano causado em seu membro lesionado aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Caso seja reconhecido o direito do Requerente de receber a indenização pelo acidente de trânsito sofrido, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente a multa prevista na resolução CNPS nº 14/95, artigo 10, II e 5º, § 1º da Lei 6.194/74, em virtude da indenização não ter sido paga em 15/30 dias, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais);

e) Que seja julgada procedente a demanda para condenar a Requerida em danos morais no montante estimado em R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

f) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

**REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor**, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensando sua realização desde já.

O valor da causa é R\$25.450,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta )

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 22 de julho de 2019.

**ELTON SOARES DIAS**

**OAB/SE 10.289**

## PROCURAÇÃO

**Outorgante:** JOSÉ CLEONALDO DE SÁ MELO, RG: 937.067, CPF: 590.154.895-72, brasileiro, solteiro, desempregado, residente e domiciliada à Rua A, nº 525, Loteamento Recanto da Jaqueira, Bairro Cidade Nova, Aracaju/SE, CEP:49070-305.

**Outorgado(a):** ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

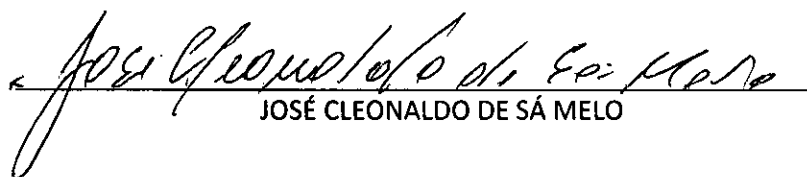
**Poderes:** por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face Sequadora Lúder,

podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

**Poderes Específicos:** A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 22/ fevereiro 2019

  
JOSÉ CLEONALDO DE SÁ MELO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE


SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE REGISTROS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE CARLOS MENDES

*Jose Cleonaldo de Sa Melo*





CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 937.067 2. VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 29/12/2016

NOME JOSE CLEONALDO DE SA MELO

FILIAÇÃO MARIA PUREZA DE SA MELO  
LIDALDO ALVES DE MELO

NATURALIDADE TRAIPIU-AL DATA DE NASCIMENTO 16/07/1971

DOC ORIGEM CT. NASCIM. NR 16021 LV A22 FL 1714  
CONT. DIST.COM. DE TRAIPIU/AL  
590.154.895-72

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JOSE CLEONALDO DE SA MELO

Nº de inscrição 590154895-72

Data do Nascimento 16/07/71



SHISLEY  
CORRETORA

19 DEZ. 2010

DPVAT/SE



SEDE: Rua Campo do Brito, 331, 12 de Julho, Aracaju-SE, 49020-380  
CNPJ: 13.018.179/0001-80 - INSC. EST. 27.051.036-2

FATURA MENSAL \*

\*\*\* ANEXO AVISO DE CORTE \*\*\*

140536.5

Nome do Cliente		GPR:	
JOSE CLEONALDO SAMELO		*** ** *	
Endereço			
RUA A LOT RECANTO DA JAQUEITIBA, 525, ARACAJU, 49070-000			
Grupo/Sector/Plano/Leitura	Data da Leitura	Hidrometro	Classificação / Economia
301006/00346	10/01/2019	A11F104724	RES 1
Leit. Anterior 943		HISTORICO DE CONSUMO	
Leit. Atual 956			
Consumo Faturado (m3) 13		REF. (m3)	
Média de consumo (m3) 12		12/18 00015	
Ocorrência da Leitura		11/18 00012	
Data da Leit. Anterior 11/12/18		10/18 00012	
Dias de Consumo 30		09/18 00012	
Média diária (m3) 0.4		08/18 00011	
Previsão para Próx. Leit. 09/02/19		07/18 00011	
INFORMACOES COMPLEMENTARES		PREVISAO DE TRIBUTOS (R\$)	
		COFINS: 4,73 PASEP: 1,03	

Serviços	Valor
AGUA	59,55
ESGOTO	0,00
080 MULTA P/IMPUNTUALIDADE 0101 10/2018	1,04
080 MULTA P/IMPUNTUALIDADE 0101 11/2018	1,03
091 JUROS DE MORA 0101 10/2018	0,24
091 JUROS DE MORA 0101 11/2018	0,24
094 ATUALIZACAO MONETARIA 0101 10/2018	0,11

Mês Referência:	TOTAL A PAGAR (R\$)
01/2019	62,21

VENCIMENTO: 17/01/2019
------------------------

PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO 121 DO MANUAL DE SERVICOS, A PARTIR DE JANEIRO DE 2019 A DESO AJUSTARA AS DATAS DE VENCIMENTO DAS FATURAS DE SERVICOS.

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art 91, Decreto Lei nº 27.565/2010.

**CANAIS DE ATENDIMENTO: 0800 079 0195 – SAC: 4020-0195**  
**AGÊNCIA VIRTUAL: [www.deso-se.com.br/agenciavirtual](http://www.deso-se.com.br/agenciavirtual)**

Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 5.440/2005 – Art.5º inciso I)						
Parâmetro	Turbidez	Cor	Cloro	Filto	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	243	68	243		243	
Nº de Amostras Analisadas	321	321	321		321	321
Nº Mínimo de Amostras em Conformidade com Portaria 2914/2011	305	306	312		320	321

Observação dos Parâmetros do Controle: Não Verou



MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe, pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzianotto Pinto

MINISTERIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALARIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL

00003-SE



Polegar Direito



Número 75972

ASSINATURA DO PORTADOR

8

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome João Cláudio de  
 Loc. Nasc. Paraná  
 Est. PR Data 16.07.71  
 Filiação Sigismundo Alves de  
Albino Henriques  
de São Paulo  
 Est. Civil Solteiro Doc. N.º  
 Fls. 1 Liv. 1 Reg. Civil 1  
 Outro doc. C. J. nº 93706756  
 Situação Militar: Doc.  
 N.º 1 Órgão 1 Est. 1  
 Naturalizado Dec. N.º 1 Em 1 de 1 de 1

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em 1 de 1 de 1  
 Doc. Ident. N.º 1 Exp. em 1 de 1 de 1  
 Estado 1  
 Obs. 1  
 Data Emissão 01.07.88 DRT 1  
 Assinatura do Funcionário 1

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome 1  
 Doc. 1  
 Nome 1  
 Doc. 1  
 Nome 1  
 Doc. 1  
 Nome 1  
 Doc. 1  
 Est. Civil 1  
 Doc. 1  
 Nascimento 1  
 Doc. 1

14 CONTRATO DE TRABALHO

02.681.698 / 0001-83

Empregador: REFRIMAN LTDA.

CGC/MF: Av. Dr. Ailton Telas n.º 667

Rua: Santa Antonia - CEP: 49060-110 N.º

Município: Aracaju - Sergipe - Est.:

Esp. do estabelecimento:

Cargo: AUXILIAR MECANICO REFRIGERACAO

C.B.O. n.º:

Data admissão: 01 de MARÇO de 2005

Registro n.º: 20

Remuneração especificada: R\$ 300,00

(TREZENTOS REAIS), POR MES.

REFRIMAN LTDA.

Maria das Graças Fátima

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º

Data saída: 07 de novembro de 2008

Ass. do empregado ou a rogo c/ test.

Maria das Graças Fátima

Sócia Gerente

Com. Dispensa CD N.º

15 CONTRATO DE TRABALHO

150.391.18/0007-96

Empregador: E. G. Material Elétrico Ltda.

CGC/MF:

Rua:

Município:

Esp. do estabelecimento:

Cargo: Afundante de

C.B.O. n.º:

Data admissão: 01 de Junho de 2010

Registro n.º:

Remuneração especificada: R\$ 30,00

três e trinta reais, por mês

E. G. Material Elétrico Ltda.

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º

Data saída: 07 de Junho de 2015

Ass. do empregado ou a rogo c/ test.

Genalva Adriana de Melo Bomfim

2.º

Com. Dispensa CD N.º

16 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador:

CGC/MF:

Rua: N.º

Município: Est.

Esp. do estabelecimento:

Cargo: C.B.O. n.º

Data admissão: de de 19

Registro n.º: Fis./Ficha

Remuneração especificada:

Com. Dispensa CD N.º

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º

Data saída: de de 19

Ass. do empregado ou a rogo c/ test.

1.º

Com. Dispensa CD N.º

17 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador:

CGC/MF:

Rua: N.º

Município: Est.

Esp. do estabelecimento:

Cargo: C.B.O. n.º

Data admissão: de de 19

Registro n.º: Fis./Ficha

Remuneração especificada:

Com. Dispensa CD N.º

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º

Data saída: de de 19

Ass. do empregado ou a rogo c/ test.

1.º

Com. Dispensa CD N.º

**RELATÓRIO 0775 / 2018 REFERENTE À OCORRÊNCIA**

**NÚMERO: 1711210091 / ESUS – SAMU**

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **07h43min** do dia **21 de Novembro de 2017**, para atendimento de vítima identificada como **José Cleonaldo de Sá Melo**, com relato de **colisão moto x carro**, no **Bairro Santo Antônio**, no município de **Aracaju**.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Aracaju** realizou atendimento no local, seguido de remoção para o **Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE** do município de **Aracaju**, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 25 de Maio de 2018

Tiemi S. M. Oki Fontes  
Coordenadora Médica  
SAMU 192 - Sergipe  
CRM 48553

**Tiemi Sayuri Menezes Oki Fontes**

**Coordenadora Médica**

**SAMU 192 SERGIPE**





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 002881/2018-A01

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 31/07/2018 08:52 Data/Hora Fim: 31/07/2018 09:03  
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito  
Data/Hora do Fato: 21/11/2017 07:30

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)  
Logradouro: Av. Ailton Teles

Bairro: Santo Antonio

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 - Caput - Veículo da LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB)	

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 000.000.000-00

Endereço

Município: Aracaju - SE

Nome Civil: JOSÉ ANSELMO SIMÕES DOS SANTOS (COMUNICANTE, VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Boquim Sexo: Masculino Nasc: 12/06/1980

Profissão: Pedreiro

Estado Civil: União Estável

Nome da Mãe: José Gomes dos Santos

Nome do Pai: Raimunda Simões dos Santos

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 016.494.995-07

Endereço

Município: Aracaju - SE

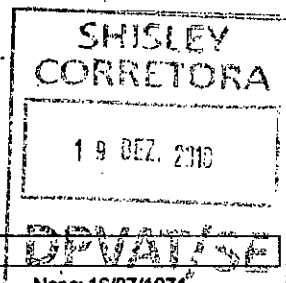
Logradouro: R. A

Nº: 516

Complemento: Lot. Recanto da Jaqueira

Bairro: Cidade Nova

Telefone: (79) 99893-4717 (Celular)



Nome Civil: JOSÉ CLEONALDO DE SÁ MELO (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: AL - Traipu Sexo: Masculino Nasc: 16/07/1971

Profissão: Desempregado

Escolaridade: Sem Informação

Estado Civil: Sem Informação

Nome da Mãe: Maria Pureza de Sá Melo

Nome do Pai: Linaldo Alves de Melo

Documento(s)



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto  
Impresso por: Roberval Rodrigues Bernardino  
Data de Impressão: 31/07/2018 09:04  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Nº: 002881/2018-A01

RG - Carteira de Identidade: 937.067

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 590.154.895-72

**Endereço**

Município: Aracaju - SE

Logradouro: RUA "A"

Nº: 525

Complemento: CASA

Bairro: LOT. RECANTO DA JAQUEIRA, CIDADE NOVA

Telefone: (79) 98848-1606 (Celular)

**OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)**

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
Placa IA18732	Número do Chassi 9C2JC4120AR080638
Ano/Modelo Fabricação 2010/2010	Cor PRETA
UF Veículo Sergipe	Município Veículo Aracaju
Marca/Modelo HONDA/CG 125 FAN ES	Modelo HONDA/CG 125 FAN ES
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Envolvido	
Nome Envolvido	Envolvimentos
José Anselmo Simões dos Santos	Possuidor
Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhon
Placa HOW1651	Número do Chassi 26521
Ano/Modelo Fabricação 1998/1998	Cor VERDE
UF Veículo Sergipe	Município Veículo Aracaju
Marca/Modelo GM/BLAZER DLX	Modelo GM/BLAZER DLX
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Envolvido	
Nome Envolvido	Envolvimentos
Desconhecido 1	Proprietário

**RELATO/HISTÓRICO**

Relata que conduzia a motocicleta de propriedade de Adeanisson Santos da Silva pela avenida Ailton Teles, sentido Oeste, levando na garupa seu amigo JOSÉ, quando ao passar pelo cruzamento com a Rua Rosário, foi abalroado por uma GM Blazer, que seguia pela rua Rosário, sentido Norte e avançou a preferencial, colidindo a parte frontal da Blazer contra a lateral esquerda da moto; QUE com o impacto foram ao chão; QUE foram atendidos pelo SAMU, sendo o comunicante encaminhado para o hospital Nestor Piva, enquanto JOSÉ foi encaminhado para o HUSE; QUE foi constatado que o comunicante sofreu fratura no tornozelo esquerdo, enquanto JOSÉ fraturou a perna esquerda em dois lugares; QUE não deseja processar criminalmente o condutor do carro.

**ASSINATURAS**

Roberval Rodrigues Bernardino  
Responsável pelo Atendimento

José Cleonaldo de Sá Melo  
(Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima apresentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúncia Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Roberval Rodrigues Bernardino  
Agente de Polícia  
Matrícula: 549.411 SSP/SE



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto  
Impresso por: Roberval Rodrigues Bernardino  
Data de Impressão: 31/07/2018 09:04  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPE - Sistema de Procedimentos de Polícia



## RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: JOSE CLEONANDO DE SA MELO

DATA DA ENTRADA: 21/11/2017

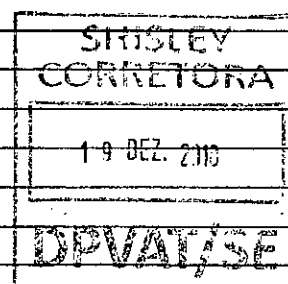
DATA DA SAÍDA: 15/12/2017

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS ( ) ENFERMARIA (X) UTI ( )

### HISTÓRICO CLÍNICO:

Vítima de acidente de trânsito com politraumatismo apresentando fratura de tíbia esquerda e fíbula esquerda, sendo submetido a procedimento cirúrgico em dois tempos. Evoluiu bem, sem intercorrências, saindo do HUSF no dia 15/12/2017.



### HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Dia 01/12/2017 - fez a redução da fratura dos ossos do joelho com fixação externa pelo Dr. Daniel Bispo (CRM 1295).  
Dia 13/12/2017 - realizou retirada do fixador externo e colocação de placa mais parafusos na tíbia esquerda pelo Dr. Thiago Nascimento (CRM 3702).

### EXAMES COMPLEMENTARES:

Exame radiográfico do coluna cervical, torax, bacia, Joelho esquerdo, perna esquerda e tornozelo esquerdo.  
Exame laboratorial  
ECG

### MÉDICOS ASSISTENTES:

Cirurgião geral - Dr. Wendell Souza - CRM 4013  
Ortopedia - Dr. João Ferreira - CRM 2486  
Dr. Daniel Bispo - CRM 1295  
Dr. Thiago Nascimento - CRM 3702

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 30 de AGOSTO de 2018

Dr. Cíene Bravo de Oliveira  
CRM 948



MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

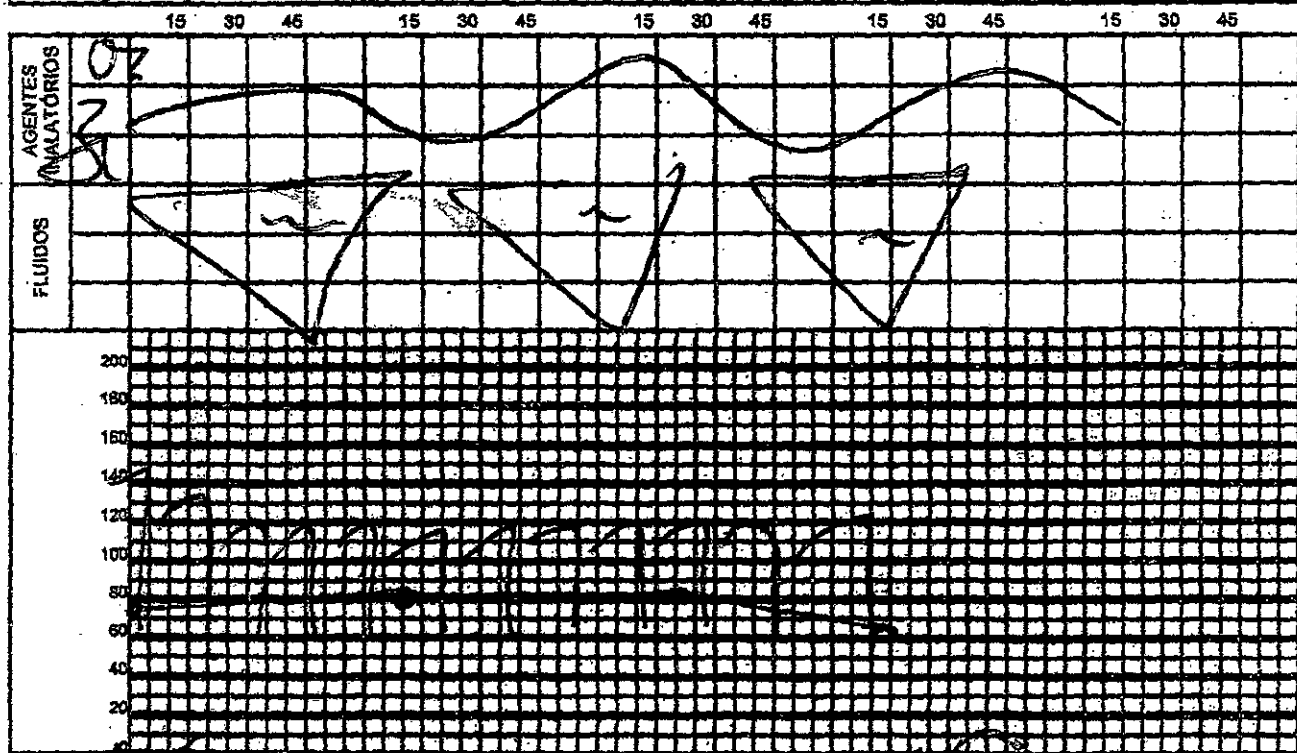


HUSE		BOLETIM DE ANESTESIA																																																																									
PACIENTE: <u>José Ronaldo de Sá Melo</u>					REGISTRO:																																																																						
UNIDADE:		MÉDICO:			LEITO:																																																																						
CIRURGIA PROGRAMADA: <u>Retomada cirurgia de fixação do osteo fixador do ombro direito</u>				CIRURGIA REALIZADA:		DATA: <u>01/12/12</u>																																																																					
ANESTESIOLOGISTA: <u>Dra. Lilian Mello</u>			TÉCNICA ANESTÉSICA: <u>Raqui Quincke 27G</u>		MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTESIA:																																																																						
CIRURGIÃO: <u>Dr. Marliano</u>				AJUDANTE: <u>Dr. Daniel</u>		ASA:																																																																					
HORA DE INÍCIO: <u>10:00</u>		HORA DE TÉRMINO: <u>11:00</u>		ACESSO VENOSO:		POSICÃO:																																																																					
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; font-size: 10px;"> <tr> <th></th> <th>10</th><th>15</th><th>30</th><th>45</th> <th>10</th><th>15</th><th>30</th><th>45</th> <th>10</th><th>15</th><th>30</th><th>45</th> <th>10</th><th>15</th><th>30</th><th>45</th> </tr> <tr> <td>AGENTES INALATÓRIOS</td> <td colspan="16" style="text-align: center;">[Handwritten wavy line]</td> </tr> <tr> <td>FLUIDOS</td> <td colspan="16" style="text-align: center;">[Handwritten 'RL' and 'U']</td> </tr> <tr> <td>CEC OUTROS</td> <td colspan="16" style="text-align: center;">[Handwritten '200', '180', '160', '140', '120', '100', '80', '60', '40', '20']</td> </tr> </table>									10	15	30	45	10	15	30	45	10	15	30	45	10	15	30	45	AGENTES INALATÓRIOS	[Handwritten wavy line]																FLUIDOS	[Handwritten 'RL' and 'U']																CEC OUTROS	[Handwritten '200', '180', '160', '140', '120', '100', '80', '60', '40', '20']															
	10	15	30	45	10	15	30	45	10	15	30	45	10	15	30	45																																																											
AGENTES INALATÓRIOS	[Handwritten wavy line]																																																																										
FLUIDOS	[Handwritten 'RL' and 'U']																																																																										
CEC OUTROS	[Handwritten '200', '180', '160', '140', '120', '100', '80', '60', '40', '20']																																																																										
MONITORIZAÇÃO				CONDIÇÃO DE ALTA PARA CRPA																																																																							
MONITORIZAÇÃO	PA NÃO INVASIVA		PVC																																																																								
	PA INVASIVA		TEMPERATURA																																																																								
	ELETROCARDIOGRAFIA		DIURESE																																																																								
	OXIMETRIA		VENTILAÇÃO																																																																								
	CAPNOGRAFIA		PAM																																																																								
AGENTES ANESTÉSICOS				DOSE	ANTIBIÓTICO PROFILAXIA																																																																						
[Handwritten: Meperidine 12.5]				12.5	NOME: <u>Kelavul 2n</u> 1ª Dose as:            horas 2ª Dose as:            horas 3ª Dose as:            horas																																																																						
[Handwritten: Dima]				0.06																																																																							
[Handwritten: Dormonal]				5																																																																							
[Handwritten: Neoprednol]				20																																																																							
[Handwritten: Proclonol]				[Handwritten: 1]																																																																							
					OBSERVAÇÕES																																																																						
				ENCAMINHADO PARA ( ) UTI ( ) UNIDADE																																																																							

*alergia a dipirona*

Dra. Lilian Mello Sales  
 Anestesiologista  
 CRM-SP 1162

<b>HUSE</b>		<b>BOLETIM DE ANESTESIA</b>		 	
PACIENTE: <u>JOSE Cleonildo de S. Melo</u>			REGISTRO: <u>(46 anos)</u>		
UNIDADE:		MÉDICO:		LEITO:	
CIRURGIA PROGRAMADA: <u>Retirada de tumor ovario + H. crânio fatus</u>			CIRURGIA REALIZADA:		DATA: <u>13/12/17</u>
ANESTESIOLOGISTA: <u>Dr. Roberto L. S. Silva</u>		TÉCNICA ANESTÉSICA: <u>Volatilizante</u>		MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA:	
CIRURGIÃO: <u>Dr. M. Melo</u>		AUXILIAR:		ASA: <u>I</u>	
HORA DE INÍCIO: <u>14:30</u>	HORA DE TÉRMINO:	ACESSO VENOSO:		POSICÃO: <u>OL</u>	



CEC OUTROS: Dr. Roberto L. S. Silva - etc

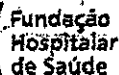
MONITORIZAÇÃO		CONDIÇÃO DE ALTA PARA CRPA	
MONITORIZAÇÃO	PA NÃO INVASIVA	X	PVC
	PA INVASIVA		TEMPERATURA
	ELETROCARDIOGRAFIA	X	DIURESE
	OXIMETRIA	X	VENTILAÇÃO
	CAPNOGRAFIA		PAM

AGENTES ANESTÉSICOS		ANTIDÓTOS PREVENÇÃO	
<u>Neostigmina 15 mg</u> <u>D. 10 mg</u> <u>12 mg</u> <u>10 mg</u> <u>100 mg</u>		NOME: 1ª Dose em: horas 2ª Dose em: horas 3ª Dose em: horas	
OBSERVAÇÕES:			
ENCAMINHAMENTO PARA: <u>UTI</u> UNIDADE:			

PACIENTE: Leandro de Sa Melo Nº PRONTUÁRIO: 01/12/17 DATA: 01/12/17  
CIRURGIÃO: Dr. Rômulo e Valério ANESTESISTA: Laqui  
CIRURGIÁ: Laqui TIPO DE ANESTESIA: Laqui Nº PRONTUÁRIO: 01/12/17  
ENFERMEIRO: Laqui INSTRUMENTADOR: Armando CIRCULANTE: Laqui

## RELACÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CONSUMO DE SALA

MEDICAMENTOS COMUNS	FORM	QTD	ETOMIDATO	AMP	LUVAS ESTER Nº7 7,5 8 8,5	UND
ANTAR	AMP		FENTANIL 2ML	AMP	MICROPORÉ	CM
ADRENALINA	AMP		FENTANIL 10ML	AMP	PVPI DESGERMANTE	ML
ATROPINA	AMP		KETALAR (DEXTROCEAMINA)	FR	PVPI TÓPICO	ML
ÁGUA DESTILADA	AMP		ISOFLURANO	FR	SERINGAS ML	UND
AMINOFLINA	AMP		PROPOFOL	FR	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº	UND
BICARBONATO DE SÓDIO	AMP		ESMERON	FR	SONDA DE ALVIO Nº	UND
CLORETO DE POTÁSSIO	AMP		PAVULON	AMP	SONDA NASOGÁSTRICA Nº	UND
COLÚRIO	GTS		TRACIUM	AMP	SONDA NELATON Nº	UND
CEDILANIDE	AMP		MARCAÍNA 0,5% C/V	FR	SONDA DE FOLEY Nº	UND
CUNDRAMICINA	AMP		MARCAÍNA 0,5% S/V	FR	TRAQUEOSTOMO Nº	UND
CIPROFLOXACINO	UND		NEOCAÍNA PESADA	FR	TORNEIRINHA 3 VIAS	UND
DECADRON	AMP		XILOCAÍNA 1% C/V	FR	TUBO ARAMADO Nº	UND
DIPIRONA	AMP		XILOCAÍNA 1% S/V	FR	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº	UND
EFORTIL	AMP		XILOCAÍNA 2% C/V	FR	FILTRO BARREIRA	UND
EFEDRINA	AMP		XILOCAÍNA 2% S/V	FR	ACIFLEX Nº	UND
FERNESAN	AMP		XILOCAÍNA GELÉIA	TS	ALGODÃO C/AG Nº	UND
FLAGYL	UND		XILOCAÍNA SPRAY	DOS	ALGODÃO S/AG Nº	UND
GARAMICINA	AMP		ÁGUA OXIGENADA	ML	CAT GUT CROMADO S/AG Nº	UND
GLUCOSE	AMP		AGULHA DE RAQUE Nº 26	UND	CAT GUT CROMADO C/AG Nº	UND
GLUCONATO DE CÁLCIO	AMP		AGULHA DESCARTÁVEL Nº	UND	CAT GUT SIMPLES S/AG Nº	UND
HEPARINA	UND		ÁLCOOL 70%	ML	CAT GUT SIMPLES C/AG Nº	UND
HIDROCORTIZONA	FR		ALGODÃO ORTOPÉDICO	UND	FTIR CARDÍACA Nº	UND
HIPOGLÓS	TS		ATAD. CREPOM	UND	MONONYLON Nº	UND
HISOGEL	UND		ATAD. GESSADA	UND	PROLENE Nº	UND
KEFLIN	FR		CARA P/ MICROSCÓPIO	UND	VICRYL	UND
LASIX	AMP		CATETER DE OXIGÊNIO Nº	UND	EQUIPAMENTOS	FORM QTD
MANITOL 20%	UND		CERA P/ OSSO	UND	BISTURI ELÉTRICO	USO
POMADA SULFA	TS		CLOREXIDINA	ML	CAPINÓGRAFO	USO
POMADA COLAGENASE	TS		COLETOR DE URINA	UND	CARRO DE ANESTESIA	USO
POMADA OFTÁLMICA	TS		COMPRESSA GR	UND	DEFREBRILADOR	USO
PLASIL	AMP		COMPRESSA PQ	UND	FURADEIRA	USO
REVWAN	AMP		COTONETE	UND	FOCO CIRÚRGICO	USO
ROCEFIM	FR		DRENO DE XHER Nº	UND	INTENSIFICADOR ( ) RX ( )	USO
SORO RINGER LACTATO	UND		DRENO DE PENROSE Nº	UND	MONITOR CARDÍACO	USO
SORO FISIOLÓGICO	UND		DRENO DE SUÇÃO Nº	UND	MICROSCÓPIO	USO
SORO GLICOFISIOLÓGICO	UND		DRENO DE TÓRAX Nº	UND	NEGATOSCÓPIO	USO
SORO GLICOSADO	UND		ELETRODOS	UND	ODÍMETRO DE PULSO	USO
TRASAMIN	AMP		EQUIPO	UND	OXIGÊNIO	FORM QTD
PROFENID	AMP		EQUIPO DE SANGUE	UND	AR COMPRIMIDO	
CONTROLADOS	FORM	QTD	ESCALPE Nº	UND	NITROGÊNIO	
REMIFETANILA (ULTIVA)	FR		ESCOVA DESCARTÁVEL	UND	OXIGÊNIO	
FENTANIL + DROPERIDOL	AMP		ESPARADRAPO	CM	PROTÓMITO DE AZÔNIO	
FLUMAZENIL	AMP		ESTENSOR	UND		FORM QTD
DIAZEPAM	AMP		ÉTER	ML		
DIMORF 0,2MG (MORFINA)	AMP		FORMOL 10%	ML		
DIMORF 2MG (MORFINA)	AMP		GASE ALGODADA	UND		
DIMORF 10MG (MORFINA)	AMP		GASE SIMPLES	UND		
DOLANTINA (PETIDINA)	AMP		GASE VASELINADA	UND		
DORMANID 5MG (MIDAZOLAM)	AMP		GELCO Nº	UND		
DORMANID 15MG (MIDAZOLAM)	AMP		LÂMINA DE BISTURI Nº	UND		
NIARCAN (NALOXONA)	AMP		LÁTEX	UND		
NILPERIDOL (FENTANILA DROPERIDOL)	AMP					
TRAMAL (TRAMADOL)	AMP					



## PRONTO SOCORRO ADULTO

**Página nº 1**

Sexo: MALE

Nº do Prontuário: 1634032

João Ferreira Alves  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-SE 2.486 SBO 10.534

Brana, *[Signature]* de Sa  
Sobrinho  
COPEN-SE 236684

Flavia de Moraes Bertozzi  
COREN - SP - 238.170 - ENF

**Sergio Cabral**  
Chefe de Gabinete  
Ministério do Interior e Justiça  
Cofa: 3286

# EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

300

Página nº 2

DATA	HORA	HISTÓRICO
		22/11/14 ser Paciente no leito 51 grupos. Paciente em flicha op. UPM
		Dr. Victor Viana Médico CRM SE 5405 MR. Ortopedia e Traumatologia
22/11/14		Pela enfermeira: Paciente em BKG, KKG, LOTE, suplen, em uma de tela em NIE, em de RUP bidistilada. Sem sinais de infecção.
		Maria Evilásia F. F. Neves Enfermeira 223636
23/11/14		Atendimento de repouso. Exames OK. Paciente em de fets pronto. Ficou tranquilo fets quando não dormia Ficou 12/15
23/11/14		Pela enfermeira: Paciente já em a partir das 23h para cirurgia em OLS com ome terapia médica. Flávia de Moraes Bertozzi COREN - SE - 238.170 - ENF
23/11/14		ENF: Paciente em LOTE, Enxerto, flicha, Aguarda Exame de F.O. 04/12/14 ser Paciente no leito 51 Melhor CP: Aguarda agendamento em 12/15 UPM

Nome do Paciente: Jose Leonardo de Sa Reis Idade:  Sexo:   
Unidade de Produção:  Leito:  Nº do Prontuário:

06/12/17 Paciente lotado, consciente, alerta, sem mobilidade. Cefaleia + em uso de AVP fixado no maxilar inferior. Sem queixas.  
FABIANO CARDOSO  
COREN-BA/SE-331.111

07/12/17 Paciente no leito, eupneico, verbalizando  
18h afobado e sem queixas no momento. Refere  
13:00 Paciente no leito sem queixas, eupneico.

09/12/17 Pela enfermeira:

Paciente no leito, BEG, consciente, orientado, eupneico  
verbalizando em uso de AVP com HSE, fixado em HSE  
diária e dejeções presentes. Sem queixas.  
Flavio de Moraes Barrozi  
COREN-SE-238.170 - ENF

09/12/17 - Dep. 15/15.

Dr. Sérgio Cabral  
CRM-SE 15.151  
Endereço: Rua da Liberdade, 1515  
Fone: 3235

10/12/17 - Paciente calma, eupneico, lotado  
sem mobilidade, sem queixas, sem  
dejeções presentes, sem mobilidade  
no maxilar inferior.

DR. JOSÉ CARLOS DE MOURA  
CRM-SE 134.886

#657#

11/12/2017 Pte. ortopédico com queixo.

Cl: G programada para 13/12/2017

DR. WILLIAM FERREIRA  
CRM-SE 4873  
AIR ORTODONTIA

# EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página:

12/12/17	12- Kinesioterapia Manual.
	Paciente acordado, agitado, agitado, agitado e atual internado para o AD. 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. Paciente, clínicamente de 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. medicamentos e kinesioterapia para o 1º e 2º. 1º e 2º. e 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. medicamentos de 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º.
12/12/17	Enfermeira atende.
	Paciente acordado, mantém quadro de vício estóvel e sem queixas no per íodo. AVP + dióxido de carbono em MTE com curativo de 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. to cirúrgico. 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º.
12/12/17	Paciente no leito estóvel sem sinais que a partir de 23h p/ 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. a 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. 1º e 2º. Segue a rotina que os Denise Mendes Barbosa Enfermeira CRM 37765
12/12/17	Dele Enfermeira-
	AD - Paciente no leito estóvel, LOTE, AAR, em MTE. Em uso de curativo em Perna 1, AVP peria em MSD; eliminações presentes. Sem queixas no momento.
15/12/17	ANP:
	Paciente no leito estóvel, LOTE, AAR, em MTE. Em uso de curativo em Perna 1, AVP peria em MSD; eliminações presentes. Sem queixas no momento.

Liberal e Cirurgião Geral e Ortopedista

DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

Vila

DO BE: 1634037 DATA: 21/11/2017 HORA: 08:47 USUARIO: JOSEANESANTOS  
SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

ME : JOSE CLEONALDO DE SA MELO DOC...:  
ADE.....: 46 ANOS NASC: 16/07/1971 SEXO...: MASCULINO  
DERECO.....: RUA A LOT.RECANTO DA JAQUEIRA NUMERO: 525  
MPLEMENTO....: 705401439158195 BAIRRO: CIDACE NOVA  
NICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....:  
ME PAI/MAE...: LINALDO ALVES DE MELO /MARIA PUREZA DE SA MELO  
SPONSAVEL....: TRAZIDO PELO SAMU TEL....: 7988481266  
OCEDENCIA....: SANTO ANTONIO  
ENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)  
ASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: SIM  
ID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

TA: [ X mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

ADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

NOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA:

HORA DA SAIDA:

ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO

[ ] EVASAO

[ ] DESISTENCIA

[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APÓS 48HS

[ ] FAMILIA

[ ] IML

[ ] ANATOMOPATOLÓGICA

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



PAUENTE VITIMA DE LUSAS NAO-CARDIO DEFETE USO DE  
CARACERE. NEGA PERDA DE CONSCUENCIA, NEGA DIV CETOINCO  
NEGA DO EN FOTAY E HISTORIE. SE QUEYA DE DOV EN  
OMBO CIR + MIE.

AO EXAME:

- A- VIANETEAR RETUAL SOU QUORAT CETOINCOIN
- B- MURIS, SIMETRICO, BOA EXPANSIBILIDADE
- C- PE. 80 BPM. CORD E TETINCO
- D- GORROW IS SOU DEFICIT
- E. IMOBILIZACAO COM TALAS GESSORA NO MIE

VISTORIE: FLACIO, INTRABO A PEREIRA.

72 FOTAY - SOU SIMAS DE HEMOPRANUMOTAY

COTO - O LIBERADO PEU CINGIS GERAL

REDUSUACAO SIN

SEGUE AOS UNIDAR DE ORTOPEIDIA

Dr. Wendell Vieira de Souza  
CRM 4013

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO:

CIRURGIA REALIZADA:

CIRURGIÃO:

AUXILIARES:

ANESTESIA:

ANESTESISTA

DIAGNÓSTICO POS-OPERATÓRIO:

☒ CIRURGIA LIMPA

☐ CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

☐ CIRURGIA CONTAMINADA

☐ CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☐ NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

☐ VIAS AÉREAS SUP. ☐ PULMONAR ☐ URINÁRIA ☐ SNC ☐ TGI

☐ CUTÂNEO ☐ AP. CARDIO-VASCULAR ☐ PLEURA ☐ OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1. Exatidão da técnica e do tipo de cirurgia
2. Realização da técnica e do tipo de cirurgia
3. Exatidão da técnica e do tipo de cirurgia
4. Exatidão da técnica e do tipo de cirurgia
5. Exatidão da técnica e do tipo de cirurgia
6. Exatidão da técnica e do tipo de cirurgia
7. Exatidão da técnica e do tipo de cirurgia

DATA:

Assinatura do Cirurgião

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO  
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 162813  
Numero do CNS.....: 0000000000000000  
Nome.....: JOSE CLEONALDO DE SA MELO  
Documento.....: Tipo :  
Data de Nascimento: 16/07/1971 Idade: 46 anos  
Sexo.....: MASCULINO  
Responsavel.....: LINALDO ALVES DE MELO  
Nome da Mae.....: MARIA PUREZA DE SA MELO  
Endereco.....: RUA A LOT.RECANTO DA JAQUEIRA 525 705401439158195  
Bairro.....: CIDACE NOVA Cep.: 00000-000  
Telefone.....: 7988481266  
Município.....: 2800308 - - SE  
Nacionalidade.....: BRASILEIRO  
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1634037  
Clínica.....: 945 - PS VERDE TRAUMA II  
Leito.....: 999.0124  
Data da Internacao: 21/11/2017  
Hora da Internacao: 22:47  
Medico Solicitante: 903.657.985-68 - JOAO FERREIRA ALVES  
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO  
Diagnostico.....: NAO INFORMADO  
Identif. Operador.: TESANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:  
Dt.Hr Saida:  
Especialidade:  
Tipo de Saida:  
CID Principal:  
CID Secundario:  
Principal:  
Secundario:  
Outro:

15 AIT - 21/11 A 13/12

2 AIT - 13/12 A 15/12

444 = 2 6006

444 = 3

Acuado enviado 04.12.17 - Acuado enviado 22.12.17  
C.C. 13.12.17

*alter hospital*  
*15.12.2017*  
*GP*

EXAME DE RADIOLOGIA - MUSE  
REALIZADO EM 14/12/17  
AS 20:50 HS - HORAS  
TÉCNICO DE RADIOLOGIA

REALIZADO EM 14/12/17  
AS 20:02 HORAS  
TÉCNICO DE RADIOLOGIA

PACIENTE: Renato Geraldo de Sá Neto Nº PRONTUÁRIO: 162813 DATA: 13/12/13  
CIRURGIÃO: Dr. Thiago ANESTESISTA: Dr. Fabiano  
CIRURGIÁ: Rel. João Esteno (E) TIPO DE ANESTESIA: Raqui Nº PRONTUÁRIO: 162813  
ENFERMEIRO: Priscila INSTRUMENTADOR: Idelma CIRCULANTE: Fabiana

RELACÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CONSUMO DE SALA

MEDICAMENTOS COMUNS	FORMA	QTD	ETOMIDATO	AMP	LIJAS ESTER Nº 7,5 / 8 / 8,5	UND	SS
ANTAK	AMP		FENTANIL 2ML	AMP	MICROPORE	CM	
ADRENALINA	AMP		FENTANIL 10ML	AMP	PVPi DEGERMANTE	ML	100
ATROPINA	AMP		KETALAR (DEXTROCEAMINA)	FR	PVPi TÓPICO	ML	100
ÁGUA DESTILADA	AMP		ISOFURANO	FR	SERENAS ML 5.10.	UND	100
AMINOFILINA	AMP		PROPOFOL	FR	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº	UND	
BICARBONATO DE SÓDIO	AMP		ANESTÉSICO	FORMA	QTD	SONDA DE ALVIO Nº	UND
CLORETO DE POTÁSSIO	AMP		ESMERON	FR		SONDA NASOGÁSTRICA Nº	UND
COLÚRIO	GTS		PAVULON	AMP		SONDA NELATON Nº	UND
CECILANIDE	AMP		TRACIUM	AMP		SONDA DE ROLEY Nº	UND
CLINDAMICINA	AMP		MARCAÍNA 0,5% C/V	FR		TRAQUEOSTOMO Nº	UND
CIPROFLOXACINO	UND		MARCAÍNA 0,5% S/V	FR		TORNEIRINHA 3 VIAS	UND
DECADRON	AMP		NEOCAÍNA PESADA	FR		TUBO ARAMADO Nº	UND
DIPIRONA	AMP		XILOCAÍNA 1% C/V	FR		TUBO ENDOTRAQUEAL Nº	UND
EFORTIL	AMP		XILOCAÍNA 1% S/V	FR		FILTRO BARRERA	UND
EFEDRINA	AMP		XILOCAÍNA 2% C/V	FR			FORMA QTD
FERNEGAN	AMP		XILOCAÍNA 2% S/V	FR		ACIFLEX Nº	UND
FLAGYL	UND		XILOCAÍNA GELÉIA	TB		ALGODÃO C/AG Nº	UND
GARAMICINA	AMP		XILOCAÍNA SPRAY	DOS		ALGODÃO S/AG Nº	UND
GLICOSE	AMP			UND	QTD	CAT GUT CROMADO S/AG Nº	UND
GLUCONATO DE CÁLCIO	AMP		ÁGUA OXIGENADA	ML		CAT GUT CROMADO C/AG Nº	UND
HEPARINA	UND		AGULHA DE BAQUE Nº 25	UND	01	CAT GUT SIMPLES S/AG Nº	UND
HIDROCORTIZONA	FR		AGULHA DESCARTÁVEL Nº	UND		CAT GUT SIMPLES C/AG Nº	UND
HIPOGLÓS	TB		ÁLCOOL 70%	ML		FITA CARDÍACA Nº	UND
HISOGEL	UND		ALGODÃO ORTOPÉDICO	UND		MONONYLON Nº 2-0 1/4 1/2 3/4	UND 65
KEPLIN	FR		ATAD. CREPOM	UND		PROLENE Nº	UND
LASIX	AMP		ATAD. GESSADA	UND		VICRYL	UND
MANITOL 20%	UND		CAPA P/ MICROSCÓPIO	UND			FORMA QTD
POMADA SULFA	TB		CATETER DE OXIGÊNIO Nº 2.5	UND	01	BISTURI ELÉTRICO	USO X
POMADA COLAGENASE	TB		CERA P/ OSSO	UND		CAPINÓGRAFO	USO
POMADA OPTÁLMICA	TB		CLOREXIDINA	ML		CARRO DE ANESTESIA	USO 10
PLASIL	AMP		COLETOR DE URINA	UND		DESFRIGILADOR	USO
REVIVAN	AMP		COMPRESSA GR	UND		FURADEIRA	USO 10
ROCEFIN	FR		COMPRESSA PQ	UND		FOCO CIRÚRGICO	USO 10
SORO RINGER LACTATO	UND	02	COTONETE	UND		INTENSIFICADOR ( ) RX ( )	USO
SORO FISIOLÓGICO	UND	06	DRENO DE KHER Nº	UND		MONITOR CARDÍACO	USO 10
SORO GLUCOFISIOLÓGICO	UND		DRENO DE PENROSE Nº	UND		MICROSCÓPIO	USO
SORO GLUCOSADO	UND		DRENO DE SUCCÃO Nº	UND		MEGATOSCÓPIO	USO
TRASAMIN	AMP		DRENO DE TÓRAX Nº	UND		OXÍMETRO DE PULSO	USO 10
PROFENID	AMP		ELETRODOS	UND	05	PAROTECTA	FORMA QTD
CONTRALADOS	FORMA	QTD	EQUIPO	UND	01	AR COMPRIMIDO	
REMIFETANILA (ULTIVA)	FR		EQUIPO DE SANGUE	UND		NITROGÊNIO	
FENTANIL + DROPERIDOL	AMP		ESCALPE Nº	UND		OXIGÊNIO	10
FLUMAZENIL	AMP		ESCOVA DESCARTÁVEL	UND		PROTÓTIPO DE AZÔNIO	
DIAZEPAM	AMP		ESPARADRAPO	CM	80	BUTIRAS	FORMA QTD
DIMORF 0,2MG (MORFINA)	AMP		ESTENSOR	UND			
DIMORF 2MG (MORFINA)	AMP		ÉTER	ML			
DIMORF 10MG (MORFINA)	AMP		FORMOL 10%	ML			
DOLANTINA (PETIDINA)	AMP		GASE ALGODADA	UND			
DORMANID 5MG (MIDAZOLAM)	AMP		GASE SIMPLES	UND	50		
DORMANID 15MG (MIDAZOLAM)	AMP		GASE VASELINADA	UND			
NARCAN (NALOXONA)	AMP		GELCO Nº	UND			
NILPERIDOL (FENTANILA DROPERIDOL)	AMP		LÂMINA DE BISTURI Nº 23	UND	02		
TRAMAL (TRAMADOL)	AMP		LÁTEX	UND			

Nome do Paciente:

Jose Cleandro de Jesus

Idade:

Sexo:

Idade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

ATA: 100

11/2/10 - Exame físico, OCE  
 (1) Ex. físico normal.  
 (2) Ex. físico normal.  
 (3) Exame de urina normal.

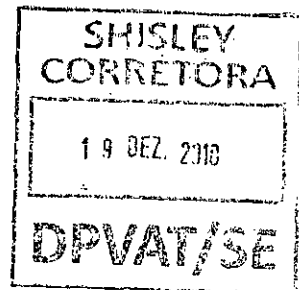
Subseq. s.  
 (1) Ex. físico normal.  
 (2) Ex. físico normal.

Assinado  
 12/05

Laudo Perícia  
Digitalizado

INSTITUTO MÉDICO LEGAL  
**LAUDO PERICIAL**  
**Lesões Corporais**  
**JOSE CLEONALDO DE SÁ MELO**

**LAUDO Nº 8490/2018**



19/12/2018  
19/12/2018  
Agentes de Polícia  
Metrícula: 549.411 SSP/SE



GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS  
INSTITUTO MÉDICO LEGAL "DR. AUGUSTO LEITE"

**LAUDO DO EXAME DE LESÕES CORPORAIS**

terça-feira, 16 de outubro de 2018

Nº Laudo  
8490/2018

**Dados Da Vítima**

Nome da Vítima		Nascimento		Idade	Naturalidade	
JOSE CLEONALDO DE SÁ MELO		16/07/1971		47	TRAIPU	
Estado Civil	Sexo	Cor	Profissão		UF	
IGNORADO	MASCULINO	BRANCA	IGNORADO		AL	
Instrução	Nome da Mãe	Nome do Pai				
IGNORADO	MARIA PUREZA DE SÁ MELO	LINALDO A. DE MELO				
Endereço	Bairro	Município				
RUA A, 525	SANTO ANTONIO	ARACAJU/SE.				
Nome da Autoridade	Função	Unidade				
DANIELA RAMOS L. BARRETO	DANIELA RAMOS L. BARRETO	DEDT				
1º Perito Relator	Cremeset/Crose	2º Perito Relator	Cremeset/Crose			
DR. VICTOR VASCONCELOS BARROS	3296		MASC/LAUDO Nº8490/2018			
Local da Perícia	Tipo	Causa				
Sala do IML						

**Historico/Descrição**

**Historico**

Relata o periciando que fora vítima de acidente de trânsito do tipo colisão entre a motocicleta na qual era garupa e um automóvel, fato ocorrido às 01h30 do dia 21/11/2017, nesta capital. Socorrido pelo SAMU e encaminhado ao HUSE onde foi constatado fratura em perna esquerda.

**Descrição**

Ao exame apresenta seis cicatrizes cirúrgicas incisais, de morfologia circular, medindo 1,0 cm cada, localizadas em terço superior (02), terço médio (02) e terço inferior (02), da perna esquerda por onde se inserem hastes de fixação metálica. Durante o exame apresentou limitação acentuada para os movimentos da perna esquerda. Apresenta ainda três cicatrizes cirúrgicas incisais, de morfologia linear, medindo 14,0 cm, 8,0 cm e 6,0 cm, localizadas em perna esquerda, compatíveis com sítio cirúrgico de fixação com placa e parafusos metálicos. Trouxe cópia de prontuário médico do HUSE onde consta paciente vítima de acidente de trânsito, apresentando fratura de tíbia e fíbula esquerdas. Foi submetido a procedimentos cirúrgicos em dois tempos. Recebeu alta em 15/12/2017. Segundo consta em relatório médico, assinado por Dr. Antonio Cabral, ortopedista, o mesmo evoluiu com osteomielite e precisou ser submetido à retirada da placa fixadora. Permaneceu internado durante 62 (sessenta e dois) dias fazendo uso de antibioticoterapia. Trouxe película de raio-X que evidencia fratura cominutiva de tíbia e fíbula com fixadores externos.

**Comentário Médico/Conclusão/Questões Respostas**

19/10/2018  
Agente de Polícia  
Matrícula: 549.411 SSP/SE

**Comentário Médico - Forense**

Existe compatibilidade entre os achados e a ação contundente. As lesões não resultaram em perigo de vida, porém se fez necessário afastá-lo de suas ocupações habituais por período superior a 30 dias. Resultaram, entretanto em dano funcional permanente e parcial incompleto de repercussão intensa, comprometendo a mobilidade da perna esquerda.

**Conclusão**

Em face do exposto concluímos que do acidente, resultou para o periciando um dano permanente e parcial incompleto de repercussão intensa, comprometendo a função motora da perna esquerda.

Exame realizado às 16h30 de 16/10/2018.

**Quesitos/Respostas:**

1º) Houve ofensa a integridade ou a saúde do paciente?

Sim.

2º) Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?

Contundente.

3º) A ofensa foi produzida com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel, ou que podia resultar perigo comum?

Sem elementos.

4º) Da ofensa resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias?

Sim.

5º) Da ofensa resultou perigo de vida?

Não.

6º) Da ofensa resultou incapacidade incurável perda ou inutilização de membro, sentido ou função ou deformidade permanente?

Sim, dano funcional permanente e parcial incompleto de repercussão intensa, comprometendo a mobilidade da perna esquerda.

Este documento foi expedido via eletrônica (e-Processo), nos termos da legislação vigente. Confere com o original em arquivo digital, disponível no banco de dados do Instituto Médico Legal. Deverá conter o carimbo da unidade policial responsável pela impressão.

DR. VICTOR MACHADO CONGELLOS BARROS

MASC/LAUDO Nº8490/2018

19/10/2018  
Agente de Polícia  
Matrícula: 549.411 SSP/SE



**SINISTRO 3180596760 - Resultado de consulta por beneficiário**

---

**VÍTIMA** JOSE CLEONALDO DE SA MELO

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SHISLEY NUNES CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA

**BENEFICIÁRIO** JOSE CLEONALDO DE SA MELO

**CPF/CNPJ:** 59015489572

**Posição em** 22-02-2019 13:50:21

O pedido do Seguro DPVAT foi negado conforme carta enviada para o seu endereço.

Rio de Janeiro, 05 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180596760

Vítima: JOSE CLEONALDO DE SA MELO

Data do Acidente: 21/11/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), JOSE CLEONALDO DE SA MELO

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 13905643





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940601144

**DATA:**

23/07/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940601144

**DATA:**

31/07/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940601144 - Número Único: 0037569-98.2019.8.25.0001

Autor: JOSÉ CLEONALDO DE SÁ MELO

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição, embora a parte autora indique na peça desinteresse, mesmo assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, **DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação** diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC.

Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC)** e que poderão

constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no **art.334, capute § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Aracaju/SE, 25 de julho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Dantas Brandão, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 31/07/2019, às 11:40:07**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001905634-47**.

---



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940601144

**DATA:**

16/09/2019

**MOVIMENTO:**

Audiência

**DESCRIÇÃO:**

<br/> Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 16/10/2019, às 12h:15min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 02.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940601144

**DATA:**

16/09/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

CERTIFICO e dou fé que incluí este processo na pauta de audiências de conciliação do CEJUSC do dia 16/10/2019, no horário das 12:15h, bem como confeccionei o(a) mandado/carta de citação. CERTIFICO ainda que a parte requerente será intimada da audiência através do(a) respectivo(a) advogado(a) quando da publicação da sua data e horário no DJE.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU  
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201940601144

**DATA:**

16/09/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201940604738 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito  
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N  
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju  
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal(Justiça Gratuita)



201940604738

PROCESSO: 201940601144 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0037569-98.2019.8.25.0001  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE: JOSÉ CLEONALDO DE SÁ MELO  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

**Data e horário da audiência:** 16/10/2019 às 12:15:00, **Local:** Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Aracaju (Cejus), localizado no 2º Piso do Fórum Gumersindo Bessa, situado à Av. Pres. Tancredo Neves, S/N, Capucho - Aracaju, CEP: 49080-901.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

#### Qualificação da parte ré:

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência:** Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74  
**Bairro:** Centro  
**CEP:** 20031205  
**Cidade:** Rio de Janeiro - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

**Residência:** Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74

**Bairro:** Centro

**CEP:** 20031205

**Cidade:** Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Joana Darc Bruno Correia, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em **16/09/2019, às 11:34:09**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002363158-12**.